

# Ameaças contra a URP reúnem sindicalistas rivais

Uma proposta do movimento sindical do Estado de São Paulo para fazer frente às ameaças do governo de extinção da URP como indexador de salários pode sair hoje de uma plenária intersindical que a CUT estadual realiza hoje de manhã, com a

participação de 50 sindicatos, cerca de 30 deles filiados à CUT e o restante à CGT ou independentes. O encontro deverá reunir líderes sindicais de posições contrárias, como o cutista Vicente Paulo da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, e o precursor do "sindicalismo de resultados", Luiz Antônio Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Participam ainda representantes de categorias fortes como a dos metroviários, dos eletricitários, dos condutores de veículos (motoristas), dos bancários e dos químicos.

A idéia de uma plenária, embora encampada pela CUT, nasceu em território relativamente neutro. Foi o Sindicato dos Metroviários, filiado à CGT, mas com uma diretoria cutista, quem primeiro convocou o movimento sindical a uma reunião ampliada, para que fosse possível uma unificação de pautas de reposição salarial, respeitando apenas as variações de índices, e a formação de uma frente de resistência à mudança na política salarial.

Além da possibilidade de deflagração de uma greve geral contra o fim da URP, a



Silva e Medeiros: mesmo propósito.

plenária deve discutir formas de pressão junto à Constituinte, a fim de assegurar a redução do mandato do presidente José Sarney de cinco para quatro anos. Pessoalmente, o presidente estadual da CUT, Jorge Coelho, defende a reedição de

cartazes-denúncia contra os parlamentares que optarem pelos cinco anos.

Em Porto Alegre, a Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Federasul) já tomou uma posição em relação à iniciativa da direção regional da CUT de buscar uma negociação direta com a classe empresarial: as reivindicações serão analisadas exclusivamente em nível técnico, por assessores, eliminando qualquer enfoque político. Há questões, entretanto, que não serão aceitas, como a jornada de trabalho de 40 horas semanais, a estabilidade e a garantia no emprego e o estabelecimento de uma data-base nacional unificada para todas as categorias.

O presidente da Federasul, César Rogério Valente, disse ontem, em Porto Alegre, que a sua assessoria técnica vai analisar apenas as propostas que envolvem reajuste salarial e liberdade de organização sindical, enquanto as demais não serão discutidas porque a entidade não aceita o que é reivindicado pela CUT.

A CUT gaúcha também encaminhou sua proposta de negociação à Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, mas a entidade ainda não se manifestou sobre a posição a ser adotada.